

ARTIGO

Movimento de Mulheres Negras no Brasil: Rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes

Steffane Pereira Santos¹

Como citar este artigo: SANTOS, Steffane Pereira. Movimento de Mulheres Negras no Brasil: Rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 5, n. 2, e24506. ISSN: 2525-8036.

“Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.”

Lélia Gonzalez

Resumo: Busca em caráter exploratório, reconstruir o legado de lutas do feminismo negro no Brasil, principalmente à partir da década de 1970, junto à organizações diversas. O movimento de mulheres negras atuou e atua desafiando e questionando o feminismo hegemônico, visibilizando demandas raciais, referente a sexualidade e classe. Mulheres negras feminilizaram o movimento negro e enegreceram o movimento feminista (CARNEIRO, 2003), assim presente retoma referencial teórico, acionando às lutas históricas de mulheres negras brasileiras.

Palavras-chave: mulheres negras, movimento feminista negro, resistência.

Recebido em 06.08.2020

Aprovado em 24.10.2020

Publicado em 23.12.2020

¹ Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Grupo EME (Pesquisa em Mídia e Esfera Pública)/UFMG.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir a perpetuação do silenciamento e apagamento das vozes de mulheres negras nas lutas feministas e antirracistas no Brasil, por parte de movimentos hegemônicos. Patricia Hill Collins (2019), socióloga norte-americana atribui que a invisibilização das mulheres negras em contexto transnacional, para além dos Estados Unidos, mas na América Latina, Caribe, países africanos e europeus, das ideias feministas, têm sido decisiva para a manutenção das desigualdades sociais.

Há um apagamento, por parte do feminismo hegemônico e de outras lutas hegemônicas da história de lutas do movimento negro e do feminismo negro brasileiro. Feminismo hegemônico este, que não se propõem a pensar de maneira ativa, a questão racial. (GONZALEZ, 1988) Me proponho discutir o feminismo negro, remontando e discutindo alguns aspectos e trajetórias, o contrapondo em frente ao feminismo hegemônico e ressaltando seu caráter de resistência e persistência na agenda de lutas, principalmente a partir da década de 1970 no Brasil.

A consciência que circunda, é da predominância de um feminismo hegemônico e de suas ideias, que muitas vezes liberais, não consolidam categorias imbricadas como raça, sexualidade e classe (COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2004) de mulheres, sendo que o feminismo negro brasileiro dispõem de história extensa e consistente de luta nas camadas populares. Versa assim, acentuando as diretrizes do feminismo hegemônico, caracterizando o movimento negro e principalmente o movimento feminista negro, sua relevância e apontando alguns dos muitos movimentos de mulheres negras que se concretizaram em organizações, ONGs e coletivos que atuaram e atuam na luta feminista e antirracista visando extirpar desigualdades estruturais no país.

Esse é um texto de caráter exploratório, que objetiva explorar o campo dos silenciamentos, promovidos pelo feminismo hegemônico, a partir de uma revisão bibliográfica da temática. Busca explorar o feminismo negro, que por sua vez pode ser entendido como uma práxis política, e reconstruir as organizações feministas negras brasileiras que atuam na luta feminista antirracista, desafiando o imaginário de que mulheres negras não se organizam junto ao feminismo.

2 VOZ

A ressignificação do feminismo para mulheres negras é um desses lugares de apagamento. Uma vez que contorna a ideia de que mulheres negras em particular, e pessoas negras em geral, não acionam o caráter da resistência organizada à fim de reagir às opressões sofridas e outros, tem obliterado nossas vozes.

Frantz Fanon em *Pele Negra Máscaras Brancas* (2008) traz a concepção de que fomos infantilizadas. Quando o branco fala-nos enquanto um adulto se dirige a um menino, *petit-negré*, que pode ser lido como algo semelhante a “pequeno negrinho”, nesse sentido, somos vistos enquanto seres inferiores, menores, que não cresceram. Lélia Gonzalez (1984) desenvolve de modo similar o conceito de *infans* que pode ser entendido como aquele que não tem fala própria pois é falado por adultos, por terceiros. Nós mulheres negras, fomos definidas e classificadas por um sistema de dominação que segue a nos infantilizar.

Nós temos sido silenciadas, como bem pontua Grada Kilomba em *Memórias da Plantação* (2019), não é de fato que não tenhamos falado, nossas vozes tem sido roubadas de nós e representadas pelo branco. O ato de falar é dialógico, entre quem fala e que ouve. Kilomba trabalha com o conceito da máscara, ao analisar a pintura de Anastácia com a máscara no rosto, que segundo Kilomba recria o projeto de silenciamento e logo de pertencer, uma vez que ser ouvido está atrelado à pertencer.

Gayatri Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2010) conceitua o sujeito/a/e subalterno/a/e, que segundo ela é definido como aquele cuja voz não pode ser ouvida. A voz que é emitida do lugar de subalternidade é sempre intermediada pela voz de outro, quando tece crítica a intelectuais pós-coloniais do Norte, o que se caracteriza para Spivak como violência epistêmica, um silenciamento, uma vez que o discurso dominante é produzido no seio do berço eurocêntrico. O sujeito/a/e feminino subalterno/a/e, para Spivak se encontra em *locus* ainda mais periférico no que diz respeito a falar e ser ouvido.

Por conseguinte, temos sido representadas em diversas esferas pelo branco, ao ocupar um lugar mediante ter tido o nosso lugar roubado, somos levadas a um circuito de silenciamento e repressão sistemática e estrutural. Nossos escritos, nossas produções e nosso protagonismo tem sido arrancado de nós por eles. Há uma violência física, epistêmica, política e ideológica que rodeia nós negras, negros e negres. Estamos, porque nos colocaram, sempre na posição de Outrordade (KILOMBA, 2019).

3 FEMINISMO HEGEMÔNICO

O trabalho intelectual proveniente de mulheres brancas brasileiras e em campo transnacional, por muito, colocam as pautas de mulheres negras e não brancas enquanto pautas secundárias. Partindo do pressuposto que de que nós mulheres negras, estamos na mesma posição de igualdade que mulheres brancas, prontas para reivindicar direitos políticos, educacionais e ao trabalho. Sendo que, esses trabalhos acadêmicos ou não, não consideravam a ampla dimensão da raça enquanto fator circundante e determinante das opressões.

Olympe de Gouges, em 1791 durante a Revolução Francesa, propôs a *Declaração de Direitos da Mulher e Cidadã* na Assembleia Nacional da França, reivindicando igualdade de direitos das mulheres. Exigindo dignidade às mulheres. De maneira semelhante, Mary Wollstonecraft, inglesa, situada enquanto uma das fundadoras do feminismo no tido enquanto clássico feminista, *Reivindicação dos Direitos das Mulheres* (2016) publicado originalmente em 1792, trazia reivindicações que pretendiam romper com o ideário de uma mulher fraca, tida como frágil, primordialmente residente no seio familiar e dedicada à maternidade, dependente do marido e a beleza, enquanto algo consolidado ao que diz respeito a assuntos femininos e a privação do cultivo do intelecto. Embora Wollstonecraft considerasse a classe, ao fazer um comparativo entre mulheres de classe média e pobres, não consegue contemplar a matriz da raça, enquanto vetor de opressão.

De que mulher Gouges e Wollstonecraft está falando? De uma mulher, que pode ser reconhecida enquanto sujeito legítimo de ocupar a instância do que diz respeito a ser mulher, e esse sujeito é branco, possivelmente de classe privilegiada e que se posiciona em uma outra posição no que diz respeito a feminilidade, maternidade e educação.

Simone de Beauvoir (2014), em *O Segundo Sexo*, caracteriza a mulher como o Outro, não obstante Beauvoir está colocando a mulher enquanto Outro do homem. Quem é essa mulher que está defronte o homem? Djamila Ribeiro (2017) retoma a obra *Memórias da Plantação* (2008) de Grada Kilomba (2019), que vem a colocar a mulher negra enquanto o Outro do outro. Mulheres negras se encontram em uma posição de subalternidade marcada pela raça e gênero e lhe insere em uma posição divergente da de mulheres brancas. Ainda que Beauvoir, em 1949 data da primeira edição do trabalho, nos apresenta apontamentos densos sobre questões de gênero, não pensa a raça como um questão fundamental para às opressões que se perpetuam sob mulheres negras. (DE BEAUVOIR, 2014 apud RIBEIRO, 2017)

Nessa diretriz, Sueli Carneiro em *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero* (2003), coloca sobre como nós

mulheres negras nunca termos nos reconhecido nesse mito de fragilidade. Similarmente, Françoise Vergès historiadora e cientista política francesa, em *Feminismo Decolonial* (2020) comenta sobre o Século das Luzes, que contém publicações europeias feministas “históricas”, ser também o século do auge do tráfico transatlântico.

Mulheres como Sojourner Truth, exerceram papel fundamental na construção do feminismo negro no contexto estadunidense. Sufragista negra e ex-escravizada norte-americana que ficou conhecida pelo seu discurso *Não sou eu uma mulher?* proferido na Convenção de Mulheres em Akron em Ohio, em 1851. Desafia e coloca em xeque todo o discurso que concebe mulheres, enquanto categoria universal, são fragilizadas, expondo em seu forte discurso sobre seu trabalho manual e sua maternidade, para além da família, onde enquanto escravizada, teve seus filhos vendidos. Assim, Angela Davis (2016) atribui que não foram poucas das mulheres brancas presentes no evento que tentaram impedir a participação de mulheres negras. Davis (2016), expõem ainda à tentativa de impedir à fala de Sojourner Truth. Muitas outras mulheres negras norte-americanas, desde o século XIX, como Maria W. Stewart, Anna Julia Cooper e Ida Barnett foram fundamentais endossando as experiências de mulheres negras na sociedade escravocrata norte-americana, tiveram papel essencial no ativismo feminista negro estadunidense. (COLLINS, 2019; BARBOSA, 2010)

O discurso de Sojourner Truth é determinante para compreender o *locus* da mulher negra. Fixada longe da ideia de fragilidade, associada ao trabalho e escravização, distante inclusive da possibilidade de cuidar de seus próprios filhos. O gênero que é compatível entre mulheres negras e brancas, se distancia drasticamente quando raça, classe e sexualidade são inseridas em debate.

Reconstruindo um pouco sobre o movimento feminista no Brasil a partir de 1920, Núbia Moreira (2007) faz apontamentos sobre o movimento. Liderado por Bertha Lutz que buscava promover a educação, elevar o nível de instrução, proteger às mães e a infância e reivindicar direitos políticos. Na década de 60 e nas décadas adjacentes, o movimento passou a ocupar espaço no campo acadêmico. O movimento atuou fortemente no processo de democratização e era alicerçado primordialmente na luta por igualdade entre os sexos na educação, participação política, discriminação no trabalho, direitos reprodutivos e saúde. (MOREIRA, 2007 apud SOARES, 1994) Esse movimento, não obstante se dava no cerne de uma classe média branca de mulheres, não pensando sobre aspectos essenciais de raça no sistema de opressão e suas conquistas eram destinadas à mulheres brancas. (RIBEIRO, 1995)

Dentro do movimento feminista hegemônico, enquanto história reconhecida e que consolida o mito de um feminismo único que não nos contempla, não leva em consideração, o lugar que ocupamos e se vincula primordialmente ao Norte. Norte é utilizado aqui enquanto caráter de epistemes dominantes, a partir da concepção de Boaventura de Souza Santos (2019) que é entendido como o único conhecimento válido e relevante, enquanto ciência apoiada na observação sistemática e na experimentação, se distingue de outros saberes e apoiadas sob sujeitos epistêmicos.

O dito feminismo universal, que se disseminou no Brasil, se apresenta enquanto um movimento universalizante e essencializante que não leva em conta a diversidade fundamental existente. Um movimento que se consolida contra a opressão de um grupo social específico, como aponta Núbia Moreira (2007) não aborda a especificidade da raça que interpela mulheres negras. Para Patricia Hill Collins (2019), teorias apresentadas como universalmente aplicáveis às mulheres enquanto grupo, são bastante limitadas por sua origem, branca, ocidental e de classe média de suas proponentes.

Dito isso, Cláudia Pons Cardoso (2013) coloca que a forma como o movimento feminista hegemônico imperou dada perspectiva, tentando fazer dela uma história única do feminismo brasileiro, impede a identificação de mulheres que estejam ausentes dessa perspectiva e vivência, e essas mulheres são primordialmente, negras e indígenas. Símil, Verguès (2020) fala sobre a categoria de feminismo civilizatório para denominar essa corrente de pensamento único, que consoante a cientista política e historiadora francesa contribui para perpetuação da dominação de classe, gênero e raça.

A divisão de um feminismo em ondas feministas, que são calcadas somente na experiência europeia e que por sua vez são primordialmente errôneas para pensar um feminismo transnacional, as ondas por sua vez não consolidam mulheres em diversas partes do mundo que se organizaram politicamente, essas mulheres são negras, indígenas, chicanas, trans, lésbicas, bissexuais, pobres e tantas outras facetas e categorias que as compõem e rodeiam, se dispõem e sobrepõem de maneira imbricada. Verguès (2020) fala sobre sua percepção de ondas e gerações:

Não se trata nem de uma “nova onda”, nem de uma “nova geração”, para usar fórmulas favoritas que mascaram vias múltiplas dos movimentos das mulheres, mas de uma nova etapa no processo de decolonização, que, sabemos é um longo processo histórico. Essas duas fórmulas (onda e geração) contribuem para o apagamento do longo trabalho subterrâneo que permite às tradições esquecidas renascerem e ocultam o próprio fato de que elas foram soterradas; em outras palavras, essa metáfora confía uma responsabilidade histórica a um fenômeno mecânico (“onda”) ou demográfico (“geração”). Os feminismos de política decolonial rejeitam essas fórmulas que segmentam, pois eles se apoiam na longa história das lutas de suas antepassadas autóctones durante a colonização, mulheres reduzidas à escravidão,

mulheres negras, mulheres nas lutas de libertação nacional e de internacionalismo subalterno feminista nos anos 1950-1970, mulheres racializadas que lutam cotidianamente nos dias de hoje. (VERGÈS, 2020, p. 36)

Luiza Bairros (1995) contribui sobre a propagação de sentidos por certos grupos, que são dominantes, que contribuiu para que experiências localizadas, fossem tomadas como parâmetros para as mulheres em geral.

bell hooks em *Feminismo: Uma Política Transformadora* incluso no livro *Erguer a Voz* (2019) coloca que o feminismo, como luta libertadora, deve existir como uma parte de uma luta maior para erradicar a dominação e todas as suas outras formas de opressão. A dominação patriarcal, segundo hooks, compartilha uma base ideológica com o racismo e outras formas de opressão de grupo que não pode ser rompida, caso os demais componentes da base não sejam rompidos também. Não somente gênero determina a natureza da identidade do que compõem uma mulher, mas raça, classe e sexualidade. No feminismo negro, raça, classe, gênero e sexualidade constituem sistema de opressão que se constroem e perpetuam mutuamente. (COLLINS, 2019)

A noção de consolidar somente o gênero como principal categoria de opressão, que paira o pensamento feminista branco, se acentua como invisibilizadora de mulheres em *locus* marcados pela raça, classe, sexualidade que também são vetores de opressão.

Em resumo, o feminismo branco segue a reproduzir categorias de análises e pontos de partidas que caracteriza um grupo específico de mulheres brancas, de uma determinada classe e em um conhecimento específico situado de produção e luta. Lélia Gonzalez (1985) atribui o movimento feminista hegemônico enquanto racista por omissão. Racismo por omissão diz respeito à negação e silenciamento da questão racial por parte de determinados setores da luta organizada. (GONZALEZ, 1983)² Todo esse apagamento de nossa história, luta e produção, faz com que não somente nós sejamos silenciadas, como também influência a inibição da entrada de outras de nós em todos os espaços de produção do conhecimento, a luta e afins.

3.1 SILENCIAMENTO

Há um caráter de colonialidade que perdura, permeia e organiza as relações de representação de lideranças em movimentos, em espaços acadêmicos, em espaços político-decisórios institucionais, mídia em geral e em aparatos burocráticos institucionais. A

² Em 1983 o Partido dos Trabalhadores (1983) foi ao ar com um programa que se propunha a pensar a “história de um sonho” que não debateu a questão racial, sendo omissa a esta. Lélia Gonzalez publica artigo na Folha de São Paulo, discutindo essa postura e situando o racismo por omissão.

colonialidade do poder, se reproduz e controla variadas dimensões e a do conhecimento é uma delas. (BALLESTRIN, 2013)

Insiro aqui o conceito de epistemicídio, para articular esse campo de apagamento e silenciamento. Retomo a discussão que Sueli Carneiro (2005) propõe em sua tese de doutoramento, sobre o conceito que provém de Boaventura Souza Santos, que o propõem enquanto caráter colonial. Carneiro (2005) discute que o epistemicídio atua para além da desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, mas também como um processo de produção da indigência cultural a partir da negação ao acesso à educação de qualidade; pela inferiorização intelectual, pelas diferentes ferramentas de perpetuação da deslegitimação do sujeito negro enquanto portador e produtor de conhecimento.

Assim, o epistemicídio pairou não somente sobre a produção do Sul, mas também como barreira à ocupação de espaços como academia e logo, a produção do conhecimento. Desse modo, quando analisamos produções acadêmicas que pensem de modo mais amplo sobre categorias como raça e desigualdades raciais, observamos trabalhos produzidos recentemente e a ausência de variados trabalhos que consolidam variadas questões históricas de resistência da população negra. O epistemicídio incorpora esse caráter de apagamento.

Cardoso (2013) atribui que feministas críticas ao feminismo hegemônico têm buscado valorizar as experiências de mulheres que ao desconhecerem o manejo da escrita e da erudição, não deixaram registros escritos sobre suas ações. Desse modo, sua vozes e protagonismo estão silenciados, invisibilizados. (CARNEIRO, 2003)

Em 1770, Esperança Garcia, escravizada, escreveu carta ao governador da província do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, reivindicando seu direito de batizar seus filhos e denunciando graves abusos e maus tratos sofridos por ela, seus filhos e demais escravizadas que viviam em região que, atualmente é o município de Nazaré do Piauí, e pertencia a fazenda de Algodões da Inspeção de Nazaré. Segundo relatos de pesquisas como o projeto de pesquisa *A Carta de Esperança Garcia: Uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia*³, desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco, Esperança Garcia nasceu em Algodões e foi alfabetizada pelos jesuítas. A carta se tornou pública pelo antropólogo Luiz Mott em 1987, surpreendendo pelo fato de uma mulher negra escravizada tê-la escrito. A carta de Esperança Garcia traz luz sobre a coragem e resistência do povo negro, que sempre se

³ A CARTA DE ESPERANÇA GARCIA: UMA MENSAGEM DE CORAGEM, CIDADANIA E OUSADIA Conclusões acerca do projeto realizado no período 2014-2015 no âmbito do Edital Minc/UFPE 2013: Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-brasileiro coordenado pelo pesquisador Leandro Alves da Silva. Disponível em: <http://afro.culturadigital.br/wp-content/uploads/2015/10/A-Carta-de-Esperanca-Garcia_DocumentoFINAL.pdf> Acesso em 07 jul. 2020.

organizou e resistiu através de formas variadas e por muito, não subscritas em registros. (LIMA, 2009; SOUZA, 2018)

Analogamente, indigito a Rainha Tereza, Tereza de Benguela, matriarca e quilombola, que vivia no quilombo de Quariterê, no Vale do Guaporé no Mato Grosso, sendo uma das principais personagens do cenário de resistência de luta mato-grossense. Liderou o quilombo à partir de 1750, podendo ter perdurado no comando por até 20 anos. Esse quilombo era multiétnico, abrigando também indígenas. O quilombo, sofreu um duro ataque em 1795, onde se dizimou. (LACERDA, 2019)

Datado ao redor de 1820, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte nasceu em Salvador, em meio a uma sociedade escravista instável, formada unicamente por mulheres negras, mantendo-se até a atualidade, preservando elementos cruciais da cultura afro-brasileira como a oralidade, culinária, música, dança e ritos da religiosidade. Tendo como objetivo principal a devoção e o culto a Nossa Senhora e praticando empréstimos e auxílios financeiros, doações e principalmente a compra de alforria para os escravizados no período escravista, tendo assim um caráter abolicionista. (SILVA e FREITAS, 2005)

Ademais, a concepção de que pessoas negras não reagem ao racismo por meio da resistência organizada no Brasil é uma falácia. O país que teve revoltas e organizações negras como o quilombos não deve ser encarado desse modo. Beatriz Nascimento (1977)⁴ aponta as falhas da historiografia ao retratar o quilombo, não explorando sua amplitude enquanto organização social. O quilombo, para Beatriz Nascimento (1985), representou um marco na capacidade de resistência e organização de nosso povo, explicita também as muitas revoltas negras como a Conjuração Baiana (Revolta dos Búzios), a Balaiada no Maranhão, Cabanagem no Pará e tantas outras como Revolta dos Malês, são suficientemente importantes para entender que sempre circundou um caráter de resistências entre negras e negros no Brasil.

Em síntese, há uma supressão da história desses movimentos, que estão sendo relatados nas últimas décadas, a partir de teses e dissertações dentro do meio acadêmico que dão nova forma às experiências de história oral sobre esses muitos movimentos. A lógica com que o ambiente acadêmico se organiza, reflete em especial nessas questões, que podem ser entendidos a partir do supracitado epistemicídio. O ambiente acadêmico foi e é formado majoritariamente por pessoas brancas, que automaticamente, reproduzem opressões e são

⁴ Conferência proferida na Quinzena do Negro na USP, organizada pelo professor Eduardo de Oliveira em 1977. Presente no livro *Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição*, publicado em 2018.

também produtores de conhecimento. A história tem sido contada sob esta perspectiva, que não consolida especificidades e lato da vivência de negras e negros em diáspora no Brasil.

4 FEMINISMO NEGRO

O feminismo hegemônico desconsidera a existência interseccionalidade (CRENSHAW, 2000) que perpassam o corpos de mulheres negras. Ignora as imbricações de raça, classe e sexualidade existentes, insistindo em categorias universalizantes. Mulheres negras e de outras raças e etnias, não são separadamente mulheres, são categorias que se interseccionam e constrói o ser. Lélia Gonzalez em *Mulher Negra, essa quilombola* (1981) atribui que a mulher negra, enquanto mulher e negra está no cerne da subjugação no Brasil, experienciando dois tipos de desigualdades. Gonzalez (1985) coloca sobre o movimento negro nos enriquecer no que diz respeito à questão racial, por um lado, mas o sexismo é vigente, e o movimento feminista nos enriquece sobre a questão de gênero, mas o racismo o cerca. Mulheres negras brasileiras, para Carneiro (2003) tiveram de despender trabalho feminilizando o movimento negro e enegrecer o movimento feminista, a fim de contemplar suas especificidades.

Utilizo, neste, a interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw, para pensar a respeito dessas experiências. A interseccionalidade se refere às formas de opressão interseccionais, ou seja, categorias de raça, gênero, classe e sexualidade se interseccionam e suas opressões são reproduzidas na matriz de dominação⁵, segundo Collins (2019). A interseccionalidade (COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2004) que pode ser utilizada como lente, enquanto um paradigma (COLLINS, 2019) para entender opressões, deve ser acionada para compreender um novo modo de enxergar grupos historicamente subalternizados, primordialmente, dentro do feminismo em diversas partes do mundo.

A interseccionalidade é uma categoria político-crítica de análise, um campo dinâmico do conhecimento, um paradigma que atua como ponte para compreender fenômenos sociais (COLLINS, 2019). Vale citar que os trabalhos da antropóloga política brasileira, Lélia

⁵ Matriz de dominação é conceituado por Patricia Hill Collins (2019) como: “organização geral das relações hierárquicas de poder em dada sociedade. Qualquer matriz específica de dominação tem: (1) um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão, por exemplo, raça, gênero, sexualidade, situação migratória, etnia e idade; e (2) uma organização particular de seus domínios de poder, por exemplo, estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal.” (COLLINS, 2019, p. 460) É onde as opressões interseccionais para Collins, se originam, se desenvolvem e estão inseridas e foram concretizadas no caso estadunidense pela escola, moradia, emprego, políticas governamentais e outras instituições sociais que regulam padrões de opressão interseccional com as quais mulheres negras se deparam.

Gonzalez, já chamavam atenção para o campo da discussão interseccional, sem os denominar interseccionalidade. Bárbara Machado (2019) também aponta que desde a década de 1970 o coletivo de mulheres negras estadunidenses, *Combahee River Collective*, em um manifesto datado em 1977, já afirmava compromisso de lutar contra a opressão racial, sexual, classista e heterossexual, propondo o desenvolvimento de uma análise e uma prática integradas, baseadas no fato de que opressões se encadeiam. Para Rodrigues (2013) a interseccionalidade precisa ser melhor difundida no Brasil e pode também permitir a consolidação de uma teoria feminista mais apropriada às especificidades locais, mediante ao modo como a organização brasileira se demonstra marcada por desigualdades raciais, de classe, gênero.

No cerne do feminismo negro, afro-diaspórico para Sônia Beatriz dos Santos (2007), que se refere a grupos cujas práticas políticas e intelectuais são produzidas por feministas e ativistas afrodescendentes e as práticas são marcadas por um caráter de articulação de categorias políticas de raça, gênero, classe e sexualidade, enquanto resposta ao sistema de dominação que tem impactado mulheres negras. Santos (2007), traz a experiência vivida por mulheres negras enquanto fundante para o movimento de mulheres negras.

A experiência de opressão de mulheres negras pode ser encarada enquanto solidariedade que as une e na compreensão de uma identidade coletiva. A construção da identidade se dá tanto pela aproximação, quanto pela alteridade (CARNEIRO, 1995). Para Cláudia Cardoso (2013) a identidade feminista negra é constituída, a partir do entendimento comum de que o racismo é crucial na base da estruturação de nossa opressão. O racismo no Brasil, para a historiadora, constitui um eixo de poder organizador da opressão de gênero.

Dessa maneira, segundo Luiza Bairros (1995), o pensamento feminista negro seria um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão, *feminist standpoint*, do eu da comunidade e da sociedade. O lugar que mulheres negras ocupam a partir de sua experiência vivenciada pela raça e gênero, e demais categorias como sexualidade e classe que envolvem e constituem o ser, lhes consolida pontos de vistas únicos e diversificados produzidos por esses marcadores mediante à opressão, enquanto base da pirâmide social. Luiza Bairros (1995) pontua sobre não ser uma hierarquia de opressão, mas a experiencição a partir de um lugar em que se proporciona um ponto de vista diferente, sobre o que é ser uma mulher negra numa sociedade racista e sexista. O feminismo negro segue colocando em xeque teorias universalizantes e descentra sujeitos unitários. (BRAH, 2006)

5 RESISTÊNCIA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE MOVIMENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Para Carneiro (2003) o movimento de mulheres brasileiros é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certas temáticas de plano internacional. Gonzalez (1985), retrata sobre nós mulheres negras tendermos a nos organizar a partir do movimento negro. Reconstroi sobre o movimento negro, por um lado, consegue abranger nossas pautas, enquanto s no que diz respeito à questão racial, no entanto, não pauta o sexismo que perpassa nossos corpos. O movimento feminista, enriquece em relação à nossa condição de gênero, mas o racismo o paira. Os primeiros grupos organizados de mulheres negras surgem dentro do movimento negro, haja vista que o movimento feminista acaba por ter suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca. (GONZALEZ, 2000)

Petrônio Domingues (2007) dispõe também sobre a presença de mulheres no movimento negro, segundo relatos do ativista Francisco Lucrécio, as mulheres negras eram inclusive a maioria na Frente Negra Brasileira. As mulheres exerciam funções diversas na FNB como a Cruzada Feminina que se empenhava em trabalhos assistencialistas e as Rosas Negras, que organizava bailes e festivais artísticos.

Assim sendo, Gonzalez (1988) retrata alguns apontamentos sobre variadas organizações de mulheres negras. Lourdes Vale Nascimento fundou o Conselho Nacional de Mulheres Negras em 1950. Elza de Souza criou a Associação das Empregadas Domésticas em 1987. A Casa Dandara, criada por Diva Moreira, na capital mineira em 1987. Consoante a Moreira (2007), há levantamentos da participação de mulheres em junho de 1975 no Congresso de Mulheres Brasileira quando ocorre a apresentação do Manifesto de Mulheres Negras, marcando o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista negro. (CALDWELL, 2000 APUD MOREIRA, 2007)

Gonzalez (1988), relata também o surgimento de variados grupos organizados em quase todo país, que me baseio para consolidar breves panoramas sobre alguns desses movimentos. Proponho reconstrução de alguns dos movimentos de mulheres negras institucionalizados, que nasceram no Brasil a partir da década de 80. Sônia Alvarez (2014) revisita sobre como encontros regionais e nacionais do movimento negro impulsionaram a criação de fóruns para a disseminação e configuração dos feminismos negros e sobre como os processos de ativismo transnacional estimulados por conferências da ONU como Beijing e Durban, amplificaram ainda mais as construção e visibilidade de feminismos diversificados e plurais. O feminismo negro passa a se estruturar e intensificar nos anos de 1980, com a criação

de ONGS e se avoluma na década de 90. (LEMOS, 2015) Revisito agora, alguns dos movimentos de mulheres negras, que se organizaram tanto a partir do movimento feminista negro quanto à partir do movimento negro.

No estado da Bahia, o Grupo de Mulheres do MNU-BA, formado em 1981, por Ana Célia da Silva, Maria do Amparo, Luiza Bairros e tantas outras mulheres negras, adentrou a luta questionando o machismo e o lugar de subalternidade conferido por militantes homens às mulheres e para desafiar o movimento feminista hegemônico.

Grupo de Mulheres do Calabar, criado no bairro Calabar, um quilombo contemporâneo (BARRETO, 2019), localizado no meio da elite metropolitana e habitado primordialmente, por pessoas negras, e que acresce trajetória de luta dos moradores, que resistiram contra o racismo, capital imobiliário e o poder público como aponta Ana Claudia Barreto (2019).

Retomo ao trabalho de Ellen dos Santos, *Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro: Afroperspectivas, Amefricanidade e a Implementação de Políticas Públicas no Período da Constituinte de 1988* (2017) para fazer alguns apontamentos históricos sobre o movimento de mulheres negras no estado do Rio de Janeiro.

Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (REMUNEA), no ano de 1978 no estado do Rio de Janeiro, o grupo tinha como objetivo fortalecer a consciência crítica e gerar conteúdo envolto da consciência racial e feminina. Atuava enquanto grupo de formação e de formulação de estratégia de combate à dominação de raça e classe. Contava com Pedrina de Deus, Azoilda Trindade, Irani Maria Pereira e muitas outras mulheres negras. (SANTOS, 2017)

Luiza Mahim, nasce em 1980 vinculado ao movimento negro Unificado (MNU) e foi idealizado por Lélia Gonzalez e Zezé Motta. (SANTOS, 2017) Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras/RJ foi fundado também por Lélia Gonzalez em 1983, o mesmo, tinha como objetivo discutir gênero e raça, entre mulheres negras pobres e de classe média, alcançando enorme expressão nacional segundo Ellen dos Santos (2017). Editavam também o Nzinga Informativo, que abordava pautas vinculadas às mulheres negras. (SANTOS, 2017)

O Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro (CEMUFP) nasce em 1986, após duas edições do Encontro de Mulheres de Periferia. Composto por Benedita da Silva, Vera Neri, Angélica de Souza entre outras mulheres. Tinha como pauta central dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos por mulheres nas comunidades, marcado por um conteúdo classista. (MOREIRA, 2007; SANTOS, 2017)

Núbia Moreira (2007) aponta algumas organizações no estado de São Paulo, como o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista e o Grupo de Mulheres Negras do MNU. O Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa de Cultura da Mulher Negra, foi fundado em 1986 por mulheres que vieram do movimento de mulheres, casas de candomblé e partidos políticos. (RODRIGUES, 2006)

O Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, é o grupo mais antigo no estado do Maranhão, surgiu em 1986, sediado no Centro Histórico de São Luís, onde fundou os movimentos de mulheres negras, sendo considerado uma liderança em âmbito estadual, segundo Marjorie Matos (2017). Com luta embasada na construção de direitos humanos de mulheres negras e o rompimento com a condição de subalternização social condicionada à mulheres negras. (MATOS, 2017)

Articulação de Mulheres Negras Brasileira (AMNB), é uma rede de representantes de organizações não-governamentais (ONGs) atuando na luta dos direitos de mulheres negras. (DIAS, 2009) Reúne um conjunto de ONGs que são distribuídos dentre os estados brasileiros. Trata-se de um segmento dos movimentos sociais como define Sônia Dias (2009).

Geledés - Instituto da Mulher Negra, criado em 1988, tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, e a valorização e promoção das mulheres negras e da comunidade negra em geral. Fundado por nomes como o de Sueli Carneiro, uma das mais importantes intelectuais negras brasileira da contemporaneidade.

Centro de Mulheres de Favela e Periferia, fundado em 1986, na cidade do Rio de Janeiro, após o 1ª e 2ª Encontros de Mulheres de Favela e Periferia. (RODRIGUES, 2006)

Fundada em 1992, Criola é uma organização da sociedade civil que atua na promoção dos direitos das mulheres negras. Criola busca a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, instrumentalizando mulheres, adolescentes e meninas para o enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobias e transfobia. Com presidente de honra Beatriz Moreira Costa, Mãe Beata, com diretoras executivas Thereza Antônio de Castro e Guaraciara Maria, Lúcia Xavier como coordenadora geral e muitas outras mulheres que se organizam junto ao movimento.

Odara Instituto Mulher Negra, que nasceu em 2010 na estado da Bahia, forma frente de luta negra feminista calcado no legado de africano e voltado para a autonomia de mulheres negras. Composto por Alane Reis, Benilda Brito, Ana Paula Rosário, Valdecir Nascimento, Erika Francisca, Danielle Bitencourt, Maisa Maria Vale e Naira Leite. Há muitos outros coletivos, organizações e ONGs que se encontram na linha de frente das lutas. Em São Paulo, havia também a Comissão Estadual da Condição Feminina de SP.

Todas essas organizações versam maneiras diversas de resistências, contra racismo e sexismo, que é comum a todas elas, mas também frente à questões de classe, LGBTQIA+, de moradia, direitos humanos e saúde. O movimento de mulheres negras de um modo geral, seja junto ao feminismo ou ao movimento negro, tem uma longa tradição referente à elaboração de estratégias vinculadas à saúde da população negra e não podemos esquecer de contribuições como a Jurema Wenerck para o campo, que carece de debate. (SANTOS, 2009)

Nessa perspectiva, uma outra dimensão apontada por Sônia Beatriz dos Santos (2009) é da articulação de ONGs de mulheres negras à formação de alianças com outros segmentos e organizações do movimento social brasileiro. Atuando enquanto resistência ativa e articulada, em diversas localidades do país. O feminismo negro é uma práxis-política, um projeto amplo de justiça social transnacional, para Patricia Hill Collins (2019). O empoderamento pleno de mulheres negras só pode ocorrer em um contexto transnacional de justiça social. (COLLINS, 2019)

Pensando sobre outras articulações promovidas no âmbito da política institucional, segundo Rodrigues e Prado (2010) mulheres negras se inseriram no sistema político institucional através do ingresso de duas mulheres junto ao Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) e ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) em 1983 em São Paulo. Consolidam também sobre como a participação de mulheres negras em Conferências Internacionais da ONU e a criação de Secretarias e Coordenadorias para Assuntos da Comunidade Negra em diversos estados do país.

A extinta Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial criada em 2003, na qual Luiza Helena de Bairros intelectual e administradora brasileira foi ministra-chefe entre 2011 e 2014, no governo de Dilma Rousseff, substituída posteriormente pela criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos na qual Nilma Lino Gomes pedagoga brasileira, assumiu em 2015. Essas ocupações institucionais, segundo Rodrigues e Prado (2010) conseguiram estabelecer espaços de interlocução capazes de promover mudanças a vida das mulheres, acrescido que, deliberação e visibilidade para suas pautas.

A ocupação dos espaços político-decisórios e do ambiente acadêmico, não tratados no presente, mas que atuam como meio contínuo de resistência e perseverança, na ocupação política de espaços. Desafiando o prisma de espaços historicamente brancos, masculinos, heterossexistas e de classe média, enquanto forma de reestruturar a dinâmica dialógica de

quem fala e é ouvido, e a legitimidade ao redor da representação da voz subalternizada e direito de falar.

Em suma, a organização de mulheres negras segue a acontecer dentro e fora de diversos movimentos organizados, muitos autônomos e anônimos, como movimentos estudantis, movimentos de ocupações urbanas, movimentos políticos e coletivos que se organizam em busca de fomentar debate e resistência, que têm se reforçado cada vez mais com ameaças anti-democráticas que incidem na política institucional.

Outrossim, a ocupação desses espaços por pessoas negras, é sempre política. Quando falamos sobre o meio da acadêmico, estamos falando sobre a possibilidade de produção à partir de uma perspectiva alternativa, tornando o conhecimento produzido, diverso e abrangente, discutindo com novas facetas e teorias, rompendo com epistemologias centradas em perspectiva euro-norte-americanas. A presença de mulheres negras nessa esfera, em particular no que diz respeito ao meio acadêmico no Brasil, constitui um ângulo determinante para a produção de teorias significativas e situadas.

Em relação aos espaços político-decisórios, é factualmente visível a sub-representação de mulheres brancas, como de homens negros e apresenta-se enquanto expressivamente alarmante a sub-representação de mulheres negras. Os espaços de decisão são, ainda hoje marcados pela presença massiva de homens brancos. Ainda que seja de responsabilidade de um representante representar não somente o grupo que o elegeu mas toda a população (PITKIN, 2006), é notório a não representatividade desse espaço e sobre como este, ocupado primordialmente, por um grupo específico da população, grupo esse que se encontra no topo da pirâmide social, é um lugar que materializa desigualdades.⁶

6 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A discutir a dialética entre opressão e ativismo proposta por Collins (2019), quando a opressão atinge mulheres negras o ativismo é a resposta dada a esta opressão, como uma espécie de reação imediata. Em uma dimensão dialética, a opressão engendra a resistência. Estamos sempre reagindo.

⁶ O conceito de representatividade do qual escolhi usar provém de Silvio Almeida (2019). Definindo esta como a participação de minorias em espaço de poder, prestígio social e nos centros de difusão ideológica (academia e meios de comunicação). Aponto que ao usar o termo aqui, busco empregá-lo em sua forma genuína, não o esvaziando de significado, ainda que o debate sobre a temática e a efetividade do que se é representativo deva ser sempre repensada, com o intuito de não cairmos em essencializações.

Essas organizações evidenciam a materialização da luta organizada de mulheres negras. Seja junto ao movimento feminista negro, tratado aqui ou ao lado do movimento negro. Enunciam desde a década de 1970 a promoção da participação política e ativa de mulheres negras brasileiras, junto ao movimento organizado. Esses espaços podem ser vistos como lugares de autodefinição (COLLINS, 2019) de mulheres negras, disputando lugares de lutas, erguendo as vozes e rompendo com silenciamentos.

Algumas movimentações, evidenciam esse trabalho coletivo em âmbito nacional de mulheres negras brasileiras. Em 2015 mais de 35 mil mulheres⁷ e aliados se reuniram em Brasília na Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e Pelo Bem Viver. Levando a Carta das Mulheres Negras (2015), que reivindicava o direito à vida e a liberdade, o Bem Viver, moradia, justiça, educação, terra e cidade e se perpetuava enquanto um novo pacto civilizatório. O conceito de Bem Viver surge no início do século XXI por povos andinos, retomando saberes e rompendo com ideias ocidentalizadas de progresso e desenvolvimento, assumindo uma nova compreensão ao que seria ter uma vida boa, e foi ressignificado e aplicado nessa marcha em questão. (LEMOS, 2015) Um momento, sobretudo histórico no movimento feminista negro brasileiro, que reuniu mulheres de todo país, resgatando formas alternativas de organização coletiva, formação e participação política. (LEMOS, 2015; 2017; FIGUEIREDO, 2018)

Lélia Gonzalez (1988) nos propõem um feminismo afro-latino-americano. Que discuta sobre a posição que mulheres negras e não brancas latino-americanas ocupam nas sociedades latinas. É para nós, mulheres africanas, a organização a partir de um lugar situado, nos propondo alternativas para se perpetuar o feminismo.

As margens, que nós mulheres negras ocupamos, têm sido lugar de luta, de resistência. (hooks, 2019). Nós mulheres negras reagimos historicamente às opressões sofridas. Nos organizamos de diversas formas autônomas e institucionalizadas, junto à movimentos sociais como o movimento feminista negro e ao movimento negro, próximas à partidos políticos e buscando ocupar a tomada de decisão e os espaços de produção do conhecimento. Rompendo com a hegemonia de alguns movimentos, construindo o feminismo e registrando a nossa história factualmente. A resistência tem se transformado na medida em que às opressões ganham nova forma e assim, temos resistido, a opressões interseccionais (COLLINS, 2019).

⁷ Algumas contribuições como de Rosalia Lemos *A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015: OLHARES DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS SOBRE O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL* (2017) consolidam que haviam ao redor de 50 mil mulheres presentes na Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e pelo Bem Viver.

O feminismo negro brasileiro se apresenta enquanto uma potência no que diz respeito à resistência, organização e enfrentamento ao racismo e sexismo. É uma alternativa para que possamos concretizar a nossa utopia de Bem Viver, resistindo junto aos nossos, enquanto um combinado de não morrer. Para jamais esquecer que nossos passos vêm de muito longe. O feminismo negro instituído no cerne de sociedades multirraciais e pluriculturais, como são particularmente as sociedades latino-americanas, tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, consoante Sueli Carneiro (2003).

A força do feminismo negro brasileiro ascende, integrando tanto o movimento negro quanto o movimento feminista, enquanto uma identidade política oriunda de ser uma mulher negra em sociedades latino-americanas, como é o caso brasileiro. (CARNEIRO, 2003) A resistência é, para nós, mulheres negras, uma via de sobrevivência e uma maneira de consolidar justiça social. (COLLINS, 2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. cadernos pagu (43), janeiro-junho de 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Decolonial turn and Latin America*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11, Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.

BARRETO, Ana C. de Jesus. CALABAR: **UMA RELEITURA DOS QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS**. v. 16 n. 1 (2019): Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

CARDOSO, Cláudia Pons. A construção da identidade feminista negra: experiência

de mulheres negras brasileiras. **FAZENDO GÊNERO**, v. 10, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Tese de Doutorado. Tese de doutorado (Educação).

Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

Gênero, Raça e Ascensão Social. **Estudos Feministas**. ano 3, 544, 2ª semestre de 1995.

Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**. 17, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DIAS, Sonia Maria Barbosa et al. **O papel da internet para as redes de organizações não-governamentais: o caso da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)**. Mestrado-Pontifícia Universidade Católica–PUC. São Paulo, p. 111, 2009.

Declaração dos direitos da mulher da cidadã - 1791. Universidade de São Paulo - Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>>. Acesso em 24 jul. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo [online]**. 2007, vol.12, n.23, p.100-122.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. EDUFBA. Salvador, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. **Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira**. Rev. Direito e Práxis., Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p.1080-1099.

GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. (1985) In: **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

As amefricanas do Brasil e a sua militância. (1988) In: **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

Debate: A cidadania e a questão étnica. (1985) In: **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

Mulher negra (2000) In: **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

Mulher negra, essa quilombola (1981) In: **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

Por um feminismo afro-latino-americano. (1988) In: **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

Racismo por omissão (1985) In: **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

HOOKS, bell. **Feminismo: Uma Política Transformadora** In: **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

A margem como um espaço de abertura radical In: **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2019.

LACERDA, T. C. TEREZA DE BENGUELA: IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE NEGRA. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**. v. 12, n. 02. out, 2019.

LEMONS, R. DE O. A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015: OLHARES DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS SOBRE O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL, **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

MULHERES NEGRAS MARCHAM EM 201 PELO BEM VIVER. **SER Social**, v. 17, n. 36, p. 207, 7 nov. 2015.

LIMA, Solimar Oliveira. **ESPERANÇA. Nossa Consciência tem nome**. informe econômico, ano 10, nº 22, nov-dez, 2009.

MACHADO, B. A. (2019). O pensamento feminista “amefricano” e a ideia de articulação entre gênero, classe, raça e sexualidade: Ferramentas de análise para a história das sociedades americanas. **Revista Eletrônica Da ANPHLAC**, (27), 280-309.

MATOS, Marjorie Evelyn Maranhão Silva. **Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa: um olhar à construção dos direitos humanos das mulheres negras a partir de suas vivências, experiências e posicionalidades**. 2017. 153 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em:

<<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10156>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MOREIRA, Nubia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. 121p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278996>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **Historiografia do Quilombo**. (1977) In. **Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Filhos da África, 2018.

O Conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. (1985) In. **Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Filhos da África, 2018.

O que é o Geledés Instituto da Mulher Negra. Geledés Instituto Mulher Negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/>>. Acesso em 21 jul. 2020.

Perfis Femininos - Luiza Bairros. Consuelo Pondé Biblioteca Virtual. Disponível em: <<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=262>>. Acesso em 21 jul. 2020.

Quem Somos - Criola. Criola Org. Disponível em: <<https://criola.org.br/onepage/quem-somos/>>. Acesso em 21 jul. 2020.

Quem Somos - ODARA Instituto da Mulher Negra. Instituto Odara. Disponível em: <<https://institoodara.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 21 jul. 2020.

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: Palavras, Instituições e Ideias**. Lua Nova, São Paulo, 67: 15-47, 2006

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do Conceito de Interseccionalidade para a Pesquisa e Prática Feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

As fronteiras entre a raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras. 2006. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/VCSA-7WNM6C>> Acesso em 22 jul. 2020.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro**. Psicologia & Sociedade, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Autêntica, 2019.

SANTOS, Ellen Mendonça Silva dos. **MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO: AFROPERSPECTIVAS, AMEFRICANIDADE E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PERÍODO DA CONSTITUINTE DE 1988**. v. 1 n. 1 (2015): ENCRESPANDO Seminário

Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes ONU.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul. dez. 2009

Feminismo Negro Diaspórico. **Revista Gênero**. Niterói, 2007.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Biblioteca Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/base-legal-de-governo/orgaos-extintos/secretaria-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial>>. Acesso em 21 jul. 2020.

SILVA, Livia Maria Baêta da., FREITAS, Joseania Miranda. **A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: uma perspectiva museológica e de gênero**. I Enecult, 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiviaMariaBaetadaSilva.pdf>>. Acesso em 09 out. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Elio Ferreira de. **A carta da escrava 'Esperança Garcia' de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira**. 2018.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020, 144 p.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Motta, Ivania Pocinho. São Paulo: Boitempo, 2016.

BLACK WOMEN'S MOVEMENT IN BRAZIL: BREAKING WITH SILENCE AND LEADING VOICES

Steffane Pereira Santos

How to cite this article: SANTOS, Steffane Pereira. Movimento de Mulheres Negras no Brasil: Rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 5, n. 2, e24506. ISSN: 2525-8036.

Abstract: This paper seeks, in an exploratory character, to reconstruct the legacy of the struggles of black feminism in Brazil, especially since the 1970s, within diverse organizations. The black women's movement has acted and acts by challenging and questioning hegemonic feminism, visualizing racial, sexuality and class demands. Black women feminized the black movement and blackened the feminist movement (CARNEIRO, 2003), so this paper presents a theoretical reference, triggering the historical struggles of brazilian black women.

Keywords: black women, brazilian black feminist movement, resistance.